

ELIO GASPARI

Enfim, uma boa notícia sobre a ditadura

DE TANTO MENTIR e de fingir que procura os documentos da ditadura, o governo ficou na posição de se ver condenado mesmo quando faz o certo. O general Jorge Felix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, entregou ao Arquivo Nacional 3.000 páginas com as atas de meio século de vida do falecido Conselho de Segurança Nacional (1934-1988). Nelas há 413 linhas embargadas. Equivalem a oito páginas e acredita-se que protejam transações dos anos 40 e da Guerra das Malvinas, de 1982.

A divulgação das atas do CSN é um grande acontecimento e o embargo de 0,37% do seu conteúdo não configura malfeitoria. Essa é a boa prática. Se um documento tem um trecho que pode comprometer o Estado, embarga-se o trecho, não o documento. Mais: quando isso é feito, identifica-se a instância administrativa que impôs a restrição e

conhece-se a identidade do responsável pelo embargo. A liberação gradual é uma forma de transparência, não de censura, até porque sabendo-se onde está o trecho mascarado, pode-se batalhar pela sua exposição.

Um exemplo das virtudes desse sistema pode ser acompanhado na memória do depoimento de maio de 1971 do diretor da CIA, Richard Helms, a uma subcomissão do Senado americano que discutia a ditadura brasileira. O depoimento durou 2 horas e 20 minutos, foi taquigrafado e resultou num cartapácio de 96 páginas. Poucos meses depois, quando a comissão publicou seu relatório, nele havia um registro e esta era sua íntegra: "Censurado".

A liberação de documentos com trechos embargados é um atalho da transparência, não da censura

A transcrição, carimbada como "Top Secret", ficou no cofre da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Em 1987, diante de um pedido formal, 75% do seu conteúdo foi liberado. Graças essa divulgação parcial aprende-se que a CIA apreciava a ditadura e Helms considerava o aparelho repressivo brasileiro uma "banguça". Sabe-se exatamente onde es-

tão os trechos embargados e quem quiser pode pedir uma revisão das cassetes.

Outro exemplo: em julho de 1962, o presidente John Kennedy recebeu no Salão Oval da Casa Branca o professor Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil. Conversaram durante 28 minutos e nesse encontro decidiu-se incluir o curinga do golpe militar no baralho das intenções americanas em relação ao governo do presidente João Goulart. (Foi o marido da Jackeline, e não o seu sucessor, Lyndon Johnson, quem armou o jogo americano no Brasil.)

Conhece-se a conversa de Kennedy com o embaixador porque o áudio do

encontro está liberado, com seis trechos embargados. Eles somam 108 segundos (6,5%). A fita pode ser comprada na Biblioteca Kennedy por US\$ 6.

Se perdurasse o choque entre a abertura total e a censura total dos documentos a fita de Kennedy e a transcrição de Helms ficariam no cofre. O radicalismo da liberação integral leva água para quem está mais interessado na treva do que na luz.

Por falar em documentação histórica, Nosso Guia pode prestar um serviço à memória da democracia. Basta proibir os membros da administração pública de tratar assuntos oficiais em endereços eletrônicos particulares. (A governadora Sarah Palin praticava esse truque e deu bolo.) Feito isso, fica entendido que os conteúdos dos discos rígidos da administração pública, inclusive os do Planalto, são propriedade do Estado, a quem compete preservá-los.

Enfim, uma boa notícia sobre a ditadura

ELIO GASPARI

De tanto mentir e de fingir que procura os documentos da ditadura, o governo ficou na posição de se ver condenado mesmo quando faz o certo.

O general Jorge Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, entregou ao Arquivo Nacional três mil páginas com as atas de meio século de vida do falecido Conselho de Segurança Nacional (1934-1988). Nelas há 413 linhas embargadas. Equivalem a oito páginas e acredita-se que protejam transações dos anos 40 e da Guerra das Malvinas, de 1982.

A divulgação das atas do CSN é um grande acontecimento, e o embargo de 0,37% do seu conteúdo não configura malfetoria. Essa é a boa prática. Se um documento tem um trecho que pode comprometer o Estado embarga-se o trecho, não o documento. Mais: quando isso é feito, identifica-se a instância administrativa que impôs a restrição e conhece-se a identidade do responsável pelo embargo. A liberação gradual é uma forma de transparência, não de censura, até porque, sabendo-se onde está o trecho mascarado, pode-se batalhar pela sua exposição.

Um exemplo das virtudes desse sistema pode ser acompanhado na memória do depoimento de maio de 1971 do diretor da CIA, Richard Helms, a uma subcomissão do Senado americano que discutia a ditadura brasileira. O depoimento durou 2 horas e 20 minutos, foi taquigrafado

e resultou num cartapácio de 96 páginas. Poucos meses depois, quando a comissão publicou seu relatório, nele havia um registro e esta era sua íntegra: "Censurado".

A transcrição, carimbada como "Top Secret", ficou no cofre da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Em 1987, diante de um pedido formal, 75% do seu conteúdo foi liberado. Graças a essa divulgação parcial aprende-se que a CIA apreciava a ditadura e Helms considerava o aparelho repressivo brasileiro uma "bagunça". Sabe-se exatamente on-

de estão os trechos embargados, e quem quiser pode pedir uma revisão das canetadas.

Outro exemplo: Em julho de 1962 o presidente John Kennedy recebeu no Salão Oval da Casa Branca o professor Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil. Conversaram durante 28 minutos e nesse encontro decidiu-se incluir o curinga do golpe militar no baralho das intenções americanas em relação ao governo do presidente João Goulart. (Foi o marido da Jacqueline, e não o seu sucessor, Lyndon Johnson, quem armou o jogo

americano no Brasil.)

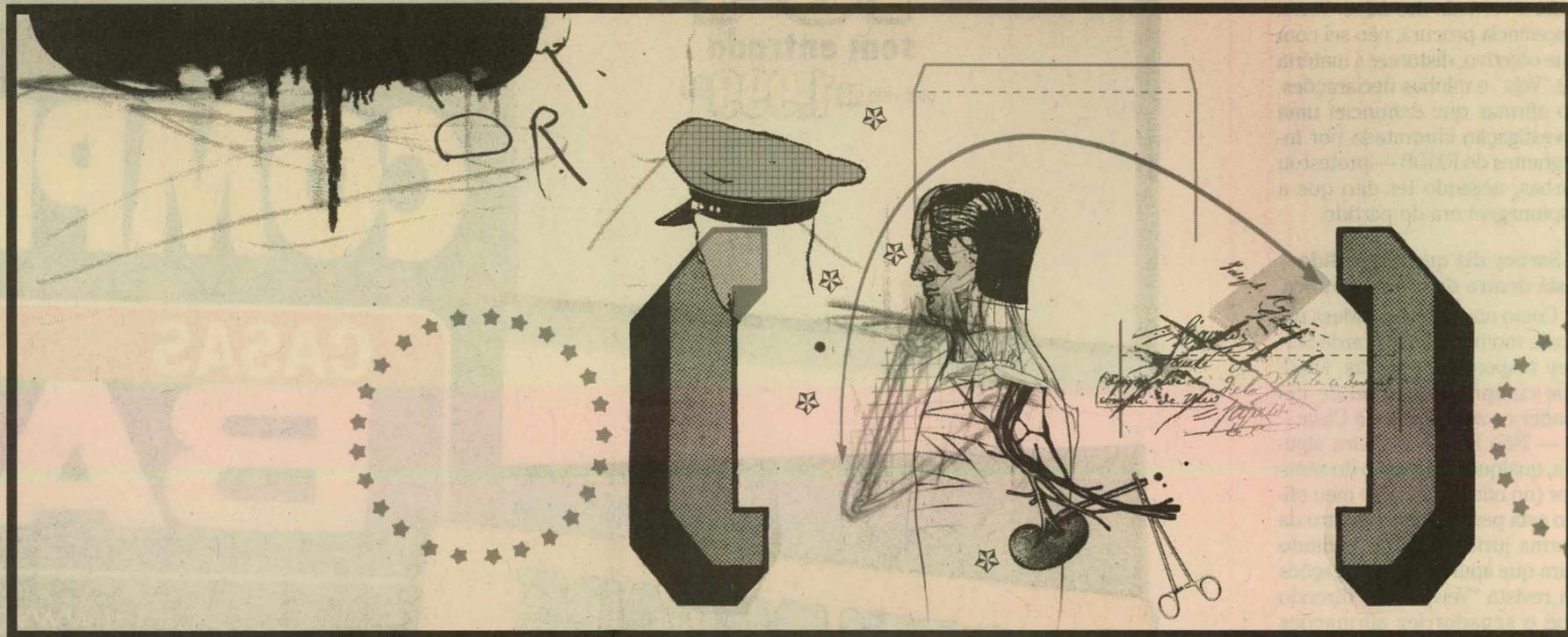
Conhece-se a conversa de Kennedy com o embaixador porque o áudio do encontro está liberado, com seis trechos embargados. Eles somam 108 segundos (6,5%). A fita pode ser comprada na Biblioteca Kennedy por US\$ 6.

Se perdurasse o choque entre a abertura total e a censura total dos documentos, a fita de Kennedy e a transcrição de Helms ficariam no cofre. O radicalismo da liberação inteira leva água para quem está mais interessado na treva do que na luz.

Por falar em documentação histórica, Nosso Guia pode prestar um serviço à memória da democracia. Basta proibir os membros da administração pública de tratar assuntos oficiais em endereços eletrônicos particulares. (A governadora Sarah Palin praticava esse truque e deu bôlo.) Feito isso, fica entendido que os conteúdos dos discos rígidos da administração pública, inclusive os do Planalto, são propriedade do Estado, a quem compete preservá-los.

ELIO GASPARI é jornalista.

Cavalcante



O estilo brasileiro e suas conseqüências

ROBERTO DaMATTA

Dizia-se que o Brasil não tinha caráter ou estilo. Afirmava-se que qualquer coisa se desmoralizava entre nós. Não havia pecado debaixo do equador, mas, como compensação, nada funcionava. Exceto o futebol, o carnaval e o jogo do bicho. Curioso que ninguém observasse que, nessa admissão, ia um enorme desmentido. O jogo do bicho revela uma criatividade rara no concerto das criações populares. Nele, como demonstrei num livro escrito com Elena Soárez, sublima-se o desejo de modernização de ricos aristocratizados pelo Imperador, com a pobreza aguçada no período pós-abolição. Isso para não falar da inusitada humanização dos números através dos bichos. O carnaval relativiza rindo a seriedade hipócrita dos superiores, propondo uma trégua da mendacidade pátria. E o futebol, nascido na admirada Inglaterra, confronta o desejo de vencer, com regras que valem para todos, obrigando a uma calibragem entre meios e fins. E como em sociedade nada se perde, não ter estilo é ter um grande estilo.



Com a crise somos obrigados a en-

xergar o estilo brasileiro. Ele se torna visível no futebol, em que o "jogo de cintura" conjuga técnica e criatividade. Evitamos bater de frente, preferindo a "bicicleta", a "pedalada", a "paradinha", o finge que vai mas fica. Enfim, todos esses descendentes da malandragem, expressivos da dificuldade de aceitar com o limite e o proí-

bido. Se o estilo é a manifestação de uma singularidade, o nosso estilo tem como base o ideal de aproveitar a vida, de ficar rico de uma só tacada e de supor que, no nosso caso, a lei será aplicada de modo diferenciado. Pena que essa experiência malandra não possa mais ser aplicada com a mesma legitimidade e desfaçatez, em todos os campos da vida social. Se antes do Plano Real era possível reinventar a economia, criar novas moedas e, em nome do povo, brincar com a inflação, hoje isso é impraticável. O plano teve o mérito de ser o primeiro ponto de confluência concreto entre a "esquerda" e a "direita" no Brasil. Sem ele, estaríamos enfrentando a

crise mundial com receitas provavelmente bipolares o que só faria aumentar a nossa predisposição ao confronto político, com sua fácil retórica acusatória, pessoal e autoritária. Graças ao Plano Real, temos discernimento entre o que é uma questão econômica e financeira; e o que é um problema político ou jurídico. O controle do econômico, dentro de um quadro liberal, trouxe uma inevitável demanda de fazer o mesmo no plano político e em outras esferas da sociedade. Se ordenamos a moeda, os banqueiros e o mercado, por que não podemos fazer o mesmo com os políticos?



A experiência de sucesso tendo como pano de fundo a crise, leva a uma transformação do sistema. Não basta definir o Brasil por ausências, mas de aperfeiçoar o estilo vigente, enfrentando e sabendo que se pode vencer os seus pontos falhos e cegos.

Não há melhor exemplo disso do que os mijões. De repente, descobri-

mos que o esquecido carnaval de rua é ótimo, mas com ele vêm os mijões que empestam nossas ruas e constroem a nossa decência. Sacamos que a questão dos mijões não se resolve somente com a presença maciça de banheiros químicos porque eles os destroem impietosamente. É preciso entender os mijões para acabar com a mijada. O estilo brasileiro afirmava que, com uma nova Constituição, a "cidadã", famos engendrar imediatamente cidadania. Vale lembrar que não há França sem franceses; e não pode haver cidadania sem cidadãos que a honrem. Destruir armas não acaba com a violência, do mesmo modo que, na "Sereníssima República" de Machado de Assis, não se consegue honestidade eleitoral mudando a forma das urnas.

É preciso que, antes das urnas, das moedas e dos banheiros químicos, tenha-se a noção dos estilos e costumes. Proclamar a República não foi suficiente para corrigir a desigualdade aristocrática do Império. Se mijar é um ato expressivo de masculinidade, então será preciso fazer algo mais efetivo do que reclamar dos mijões. Uma multa ao alcance de todos, seria talvez mais adequado (como no passado), do que esses rituais policia-

cos e jurídicos complicados que não servem para nada. Exceto para garantir aos mijões o nobre direito de mostrar que têm bilu e que são mesmo homens, pois mulher não mija na rua. Se assim fosse, todos usariam banheiro!

Em suma: se mijar na rua tem a ver com ser homem; se a política não é uma atividade destinada ao bem do país, mas a permanência no poder e ao enriquecimento pessoal, com oscilações rápidas entre esses dois objetivos, de nada vale mudar o nome da moeda ou repetir que o Congresso Nacional é uma instituição crítica num sistema democrático. Continuaremos a promover e a assistir a essa grande mijada nacional, tentando corrigir o mau hábito com o aumento de banheiros químicos. Não dá mais para enfrentar o mal com remédios errados, sem uma calibragem entre meios e fins, como é característico do nosso bom e velho estilo. Pois ele retorna na forma de uma mistura da palhaçada com a hipocrisia.

ROBERTO DaMATTA é antropólogo.

O GLOBO NA INTERNET
OPINIÃO Leia mais artigos
oglobo.com.br/opiniao